

ISSN 2526-5822

# CONJUNTURA



09  
2020



# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

## Corpo Editorial

**Editora Executiva:** Bruna Soares de Aguiar

**Conselho Editorial:** Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

**Editoria de Redação:** Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Henrique Rabello de Carvalho, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

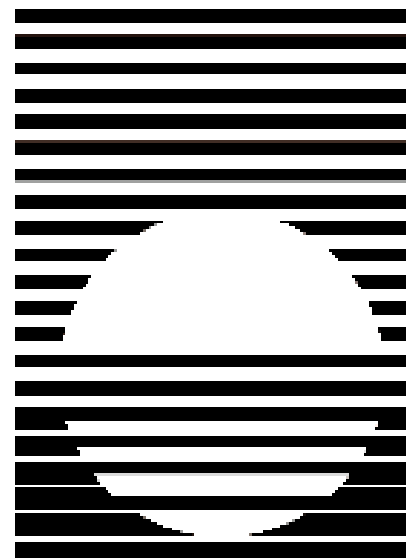
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

**LATITUDE SUL**

[latsul.org](http://latsul.org)



## SUMÁRIO

### **Página 04**

Homenagem ao Quino

### **Página 05**

Discurso de Bolsonaro na ONU é marcado por retórica política incoerente com a situação de colapso socioambiental no Brasil

Visita de Pompeo a Roraima gera reação negativa no parlamento brasileiro

### **Página 06**

Mike Pompeo viaja à Guiana em busca de apoio contra a Venezuela

Protestos por falta de gasolina e serviços públicos ocorrem em meio a denúncias de violações de direitos humanos na Venezuela

### **Página 07**

Argentina cria Conselho Federal de Relações Exteriores e Comércio Internacional

Greve da polícia na Argentina escancara polarização política no país

### **Página 08**

Operação contra o Exército Paraguaio do Povo gera crise entre Paraguai e Argentina

Desproporcionalidade jurídica na Bolívia e massacres na Colômbia criam cenários de insegurança e violações de direitos

### **Página 09**

Áñez desiste de candidatura à presidência da Bolívia em meio à crise do governo interino

Frente Ampla mantém domínio nas eleições departamentais uruguaias

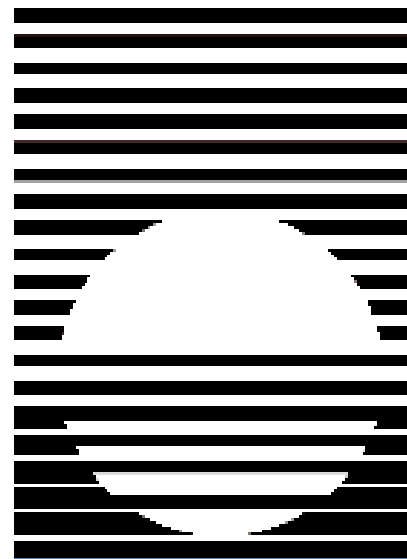
### **Página 10**

Rafael Correa é condenado à prisão e perde direitos políticos no Equador

Impedimento de Martín Vizcarra é rejeitado pelo Congresso do Peru

### **Página 11**

Decisão do governo de Sebastián Piñera de não aderir ao Acordo de Escazú é alvo de novas críticas



Controvérsias na gestão mexicana sobre a agenda de gênero

### **Página 12**

México participa ativamente de programas de desenvolvimento da vacina contra a Covid-19

México seguirá na presidência da Celac em 2021

Saída de Paulo Abrão da CIDH é oficializada e funcionários da OEA repudiam post do novo secretário de segurança

### **Página 13**

Nações Unidas celebram o dia da Cooperação Sul-Sul em meio a denúncias de corrupção

China anuncia novas metas ambientais na Assembleia Geral da ONU

### **Página 14**

Tensões e cooperação na Cúpula UE-China

Continua a disputa entre Índia e China na região do Himalaia

### **Página 15**

Ministério da Defesa chinês protagoniza discussões de política externa

África do Sul reduz casos de Covid-19, mas governo enfrenta escândalo de corrupção, crise econômica e xenofobia

### **Página 16**

Terrorismo em Moçambique eleva tensão na África Austral

Deslocados internos sofrem com conflito armado, inundações, surto de pólio e pandemia em Moçambique e no Sudão do Sul

### **Página 17**

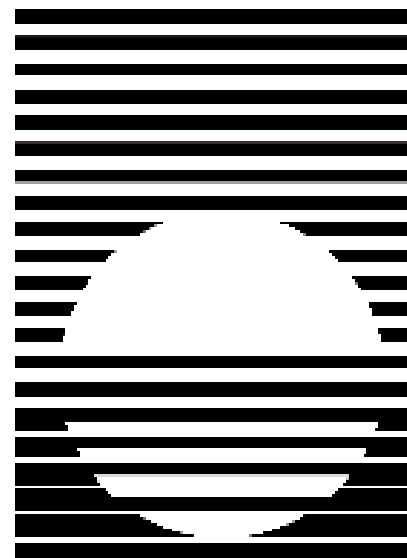
Suposto envenenamento de opositor levanta suspeitas contra governo russo

Violações dos direitos das pessoas LGBTI+ desencadeiam diversos protestos na Polônia e nas Filipinas

### **Página 18**

Dia Global de Ação pelo Acesso ao Aborto Legal e Seguro na América Latina

Refugiados e Ongs são alvos de ataques e violência na Grécia e nos EUA





*Uma homenagem dos Pesquisadores do Latsul ao Quino*

## Discurso de Bolsonaro na ONU é marcado por retórica política incoerente com a situação de colapso socioambiental no Brasil

No dia 22 de setembro, o presidente Jair Bolsonaro fez o discurso de abertura da Assembleia das Nações Unidas (ONU), dessa vez por videoconferência no Palácio do Planalto, devido à atual pandemia por Covid-19. Sem mudar o tom e o posicionamento de sua participação no ano passado, Bolsonaro afirmou que a política ambiental de seu governo é eficiente e que o governo está atuando para combater as queimadas nos diversos biomas brasileiros. Segundo o presidente, os incêndios têm sido provocados pelos “índios” e pelos “caboclos”, culpabilizando os povos originários e tradicionais pelo colapso ambiental em curso, justamente aqueles que são as maiores vítimas da degradação ambiental acelerada desde o começo de seu governo. O presidente também insistiu em pontuar que seu governo está sendo vítima de “brutal campanha de desinformação” sobre a Amazônia e o Pantanal. O discurso de Bolsonaro ocorreu no mês em que as queimadas no Pantanal chegaram ao recorde histórico de focos de incêndio. No caso da Amazônia, o presidente disse que a floresta é úmida, e que, por essa razão, o fogo não se alastra pelo interior da mata. Especialistas e líderes, como o cacique Raoni Metuktire, rebateram as informações do presidente, considerando-as falaciosas, bem como pontuaram que o fogo e o desmatamento são provenientes de atividades ilegais, causadas por fazendeiros, madeireiros e garimpeiros. Raoni, líder dos Kayapó, manifestou-se no dia 26 de setembro, em defesa dos povos indígenas pelos ataques sofridos. Enquanto lideranças indígenas, brigadistas, ativistas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais tentam se articular para combater os incêndios frente à negligência do governo federal, o desmonte e as ameaças ao meio ambiente não se resumiram ao discurso negacionista de Bolsonaro. O Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, anunciou, no dia 28 de setembro, a revogação de quatro resoluções de preservação ambiental, duas delas de proteção às áreas de vegetação nativa, regras que protegem, por exemplo, restingas e manguezais. Salles apresentou suas decisões em reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), presidido por ele, e que teve participação pública e

representações esvaziadas no ano passado, com o início do governo de Jair Bolsonaro. O fim dessas resoluções de proteção significa, por exemplo, a abertura para a especulação imobiliária de áreas de vegetação das praias do litoral brasileiro; a flexibilização sobre licenciamento ambiental para atividades, como definição sobre critérios de eficiência de consumo de água e energia para empreendimentos; e o primeiro passo para privatizações em regiões de dunas, como o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. A política ambiental do governo Bolsonaro voltou a ser criticada durante o primeiro debate eleitoral à presidência dos EUA, em que o candidato democrata Joe Biden ameaçou consequências econômicas significativas caso a destruição florestal causada pelos incêndios não fosse interrompida.

Fontes: [Aos Fatos](#), 22/09/2020; [The Brazilian Report](#), 22/09/2020; [G1](#), 26/09/2020; [Channel New Asia](#), 27/09/2020; [DW](#), 28/09/2020; [El País](#), 28/09/2020; [O Globo](#), 28/09/2020.

## Visita de Pompeo a Roraima gera reação negativa no parlamento brasileiro

No dia 18 de setembro, o Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, fez uma visita às instalações da Operação Acolhida, em Boa Vista, Roraima. Ao lado do Chanceler brasileiro Ernesto Araújo, Pompeo se encontrou com imigrantes e refugiados venezuelanos, fez duras críticas ao regime de Maduro e reforçou seu apoio ao autodeclarado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó. Celebrada por integrantes do governo brasileiro, inclusive pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, a presença de Pompeo gerou forte rejeição no parlamento brasileiro. O primeiro a se manifestar foi o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que, em nota oficial, classificou a visita como uma “afrenta às tradições de autonomia e altivez” da política externa brasileira. Segundo Maia, ao ser realizada a apenas 46 dias das eleições estadunidenses, a visita de Pompeo tampouco “condiz com a boa prática diplomática internacional”. A declaração de Maia prontamente recebeu o apoio de seis ex-chanceleres brasileiros e ex-funcionários públicos de alto escalão. Também em nota, o grupo condenou “a utilização espúria do solo nacional por um país estrangeiro como plataforma de provocação e hos-

tilização a uma nação vizinha”. No Senado Federal, parlamentares ameaçaram articular um movimento visando boicotar a sabatina de embaixadores brasileiros na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), como forma de protesto à visita de Pompeo. A ideia não vingou e Araújo foi convidado a prestar esclarecimentos sobre o assunto na CREDN. Durante a audiência, não só a passagem de Pompeo pelo Brasil foi questionada, como também a política externa do governo Bolsonaro, acusada de ser subserviente aos EUA em detrimento dos interesses nacionais. Em sua defesa, Araújo negou que a visita de Pompeo tenha servido de palanque eleitoral para o presidente estadunidense, Donald Trump, mas reconheceu que a mesma era motivo de orgulho para o Brasil.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 18/09/2020; [MRE](#), 19/09/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 20/09/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 20/09/2020; [Folha de S. Paulo](#), 20/09/2020; [Folha de S. Paulo](#), 24/09/2020; [Gazeta do Povo](#), 24/09/2020.

## Mike Pompeo viaja à Guiana em busca de apoio contra a Venezuela

No dia 18 de setembro, o Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, desembarcou na Guiana com o objetivo de aprofundar a agenda econômica bilateral e buscar apoio contra o regime de Nicolás Maduro. Na ocasião, Pompeo se encontrou com o presidente Irfaan Ali e fez uma série de ataques à Venezuela, agradeceu ao presidente guianês por receber os imigrantes e refugiados venezuelanos e doou a quantia de cinco milhões de dólares para auxiliar no acolhimento desses grupos. Em um gesto de demonstração de apoio, Irfaan Ali reforçou seu compromisso com o Grupo de Lima, do qual a Guiana não fazia parte. Durante o encontro, também foram assinados um acordo para o fortalecimento de investimentos norte-americanos em território guianês e outro de cooperação energética e de infraestrutura. Questionado sobre o conteúdo do acordo entre Guiana e a empreiteira ExxonMobil para exploração de petróleo, o Secretário estadunidense afirmou que não exerce pressões políticas em favor de empresas estadunidenses, ao contrário, segundo ele, da China, que além de fazer pressão, impõe uma série de condicionalidades e

“amarras” junto com seus investimentos. A embaixada chinesa respondeu às declarações de Pompeo, pedindo que ele não divulgasse fake news que pudessem comprometer as relações sino-guianesas. A viagem de Pompeo gerou desconfiças internas. Parlamentares da oposição, Uma Parceria para a Unidade Nacional + Aliança para a Mudança (APNU+AFC), demandaram explicações sobre a visita do secretário estadunidense, porém, foram impedidos pelo presidente da Assembleia Nacional, Manzoor Nadir, sob o argumento de que não se tratava de um assunto urgente. Além da Guiana, Pompeo viajou para outros três países da região: Brasil, Colômbia e Suriname, onde também buscou apoio, contra a Venezuela.

Fontes: [Kaieteur News](#), 17/09/2020; [The Washington Post](#), 18/09/2020; [Prensa Latina](#), 18/09/2020; [Kaieteur News](#), 19/09/2020.

## Protestos por falta de gasolina e serviços públicos ocorrem em meio a denúncias de violações de direitos humanos na Venezuela

O mês de setembro foi marcado pelo aumento de protestos da população venezuelana pela falta de gasolina e serviços públicos, como eletricidade e água. Desde o início de 2020, com as sanções estadunidenses e a queda no preço do petróleo, o abastecimento de gasolina está comprometido. Mesmo com as maiores reservas do mundo, a Venezuela enfrenta dificuldades em refinar esse produto e abastecer a população. Em maio, o governo de Nicolás Maduro iniciou a importação de gasolina do Irã, na tentativa de mitigar a crise de desabastecimento. Um segunda leva de navios carregados com gasolina iraniana começou a chegar na Venezuela no final de setembro, mês em que a população voltou às ruas em protesto. No dia 28 de setembro, foram registrados pelo menos 76 protestos em 19 dos 23 estados venezuelanos. O governo de Maduro reagiu reprimindo com violência as manifestações. O acirramento da tensão social ocorre em meio à divulgação de relatórios na Organização das Nações Unidas (ONU) sobre violações de direitos humanos no país. No dia 16 de setembro, foi divulgado o relatório da Missão Independente da ONU para a Venezuela, que responsabilizou Maduro e outros membros do governo por crimes contra a humanidade. O relatório, de 443 páginas, investigou mais de 2 mil casos de violações de direitos humanos

no país, ocorridos desde 2014. No dia 25 de setembro, em sua atualização perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Alta-Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, relatou que o governo de Maduro é responsável pela morte de 2 mil pessoas em 2020. O governo reagiu negando as acusações. A Assembleia Nacional, controlada pela oposição, pediu que a comunidade internacional aja para evitar novas violações. Luis Almagro, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), afirmou que Maduro deveria ser denunciado ao Tribunal Penal Internacional por crimes contra a humanidade. Em meio aos protestos no país e denúncias na ONU, o processo para a realização de eleições parlamentares no dia 6 de dezembro avançou. No dia 1º de setembro, Maduro convidou a ONU e a União Europeia (UE) para serem observadores no pleito. No dia 24 de setembro, a UE enviou representantes para conversar com o governo e a oposição, mas a entidade tem defendido o adiamento das eleições.

Fontes: [El País](#), 02/09/2020; [Folha de S. Paulo](#), 16/09/2020; [El Nacional](#), 19/09/2020; [El Nacional](#), 22/09/2020; [O Globo](#), 24/09/2020; [La Tercera](#), 25/09/2020; [El Nacional](#), 25/09/2020; [El Nacional](#), 29/09/2020.

## Argentina cria Conselho Federal de Relações Exteriores e Comércio Internacional

Em 10 de setembro, foi ratificado por Alberto Fernández, presidente da Argentina, o decreto que cria o Conselho Federal de Relações Exteriores e Comércio Exterior do país. O órgão foi concebido para ser um espaço de articulação para o incentivo das economias regionais e para levantar o perfil exportador das empresas que estão baseadas nas províncias. O agronegócio é um dos setores que aparece com melhores projeções para ampliar exportações. Em termos práticos, o órgão definirá as estratégias de promoção comercial para atrair oportunidades de investimentos e de cooperação internacional e será um foro de assessoramento e coordenação entre o Estado nacional, as províncias e a cidade autônoma de Buenos Aires, concedendo aos governadores provinciais um papel importante no órgão, segundo a Chancelaria. O Conselho estará sob comando do Ministério de Relações Exteriores argentino. Para além das suas funções centrais, o Conselho também se mostra um apoio fundamental para que o objetivo do Governo Nacional de elevar as

exportações do país a US\$100 bilhões seja cumprido, e faz parte de uma estratégia e comércio exterior encabeçada pela Secretaria de Relações Econômicas Internacionais, a Subsecretaria de Promoção do Comércio e Investimentos e a Agência Argentina de Investimento e Comércio Internacional. Segundo especialistas, o novo Conselho Federal vai permitir, pela primeira vez, uma ampla participação das províncias na projeção internacional e no processo de integração regional argentino.

Fontes: [El Marplatense](#), 10/09/2020; [Perfil](#), 10/09/2020; [Ministério de Relações Exteriores da Argentina](#), 12/09/2020; [Clarín](#), 22/09/2020.

## Greve da polícia na Argentina escancara polarização política no país

No dia 7 de setembro, policiais da província de Buenos Aires se organizaram para protestar contra os baixos salários da categoria. A mobilização acabou se tornando uma greve e se espalhou para outras regiões, como a província de Jujuy, que também registrou protestos de forças policiais. Em Buenos Aires, agentes penitenciários chegaram a se juntar ao movimento, que tomou contornos dramáticos quando diversos policiais cercaram a residência do governador da província, Axel Kicillof. No dia 9 de setembro, a crise chegou a seu ápice quando grupos de policiais se dirigiram para a Residência Olivos, endereço oficial do presidente argentino. A residência foi cercada por viaturas e há relatos de que um coquetel molotov foi atirado contra a propriedade. No mesmo dia, o presidente Alberto Fernández fez um pronunciamento à nação sobre a situação, no qual pediu respeito à democracia e à institucionalidade, reforçando que a greve era algo que atinge a todos os policiais e pedindo que o movimento fosse desmobilizado por meio de negociações pacíficas. Além disso, Fernández reconheceu a necessidade de melhoria dos salários dos policiais - resultado de um desequilíbrio entre a cidade de Buenos Aires e o restante da província - e se comprometeu com a criação de um fundo de fortalecimento fiscal para a polícia bonaerense. Os protestos terminaram no dia 10, depois que Kicillof anunciou o aumento do salário dos policiais da província - equiparando-os com os da polícia federal - e que os manifestantes não sofreriam nenhum tipo de sanção. Paralelamente, autoridades do país, movimentos so-



ciais e lideranças regionais expressaram preocupação e repúdio a uma possível atuação política da polícia bonaerense. Por outro lado, figuras importantes da oposição - como o ex-presidente Mauricio Macri - ficaram em silêncio sobre a situação. O movimento acende uma luz amarela no país, tanto pela memória da ditadura, quanto pela crescente politização das forças militares na América do Sul. Na Argentina, os protestos precisam ser entendidos em um contexto de crescimento da polarização política. Convém lembrar que uma das principais plataformas da campanha de Alberto Fernández foi a união do país, tanto socialmente, como em termos de gerar consensos políticos. Se os primeiros meses de mandato pareciam apontar nesse sentido, agora a histórica “grieta” – como é popularmente chamada a polarização política no país – retornou com força total.

Fontes: [Cronica](#), 09/09/2020; [O Globo](#), 09/09/2020; [Página 12](#), 10/10/2020; [El País](#), 10/09/2020; [France 24](#), 11/09/2020.

## **Operação contra o Exército Paraguaio do Povo gera crise entre Paraguai e Argentina**

Em 2 de setembro, duas crianças argentinas de 11 anos foram mortas no norte do Paraguai, na cidade de Yby Yaú, departamento de Concepción, durante uma operação militar da Força de Tarefa Conjunta (FTC), órgão militar criado em 2013 para combater ao Exército Paraguaio do Povo (EPP). O operativo foi celebrado pelo presidente Abdo Benítez, mas famílias das crianças denunciaram que se tratava de um massacre cometido por essa unidade militar. De acordo com as famílias, as menores tinham viajado ao Paraguai para visitar parentes e não conseguiram voltar à Argentina por causa da pandemia. Por sua vez, o comandante da FTC disse que as meninas eram familiares de líderes do EPP que estavam na Argentina, em locais de treinamento para menores utilizados como guerrilheiros pelo EPP. A chancelaria da Argentina pediu esclarecimentos e questionou as declarações. A Corte Interamericana e o representante de Direitos Humanos da ONU na América do Sul também exigiram esclarecimentos. Por sua vez, a chancelaria paraguaia questionou as declarações do representante da ONU por ter dito que foram manipuladas evidências e provas no local. Houve protestos na embaixada paraguaia

na Argentina, e 30 organizações sociais desse país enviaram um comunicado ao embaixador. Por outro lado, voltaram os sequestros no norte do Paraguai. Especialmente, desde o dia 11 de setembro, tem causado muita repercussão o sequestro do ex-vice-presidente Óscar Denis. O EPP reconheceu ser o autor do sequestro e pediu como recompensa a entrega de mercadorias para população indígena. O Brasil e a Colômbia enviaram ajuda militar para procurar o sequestrado e analisar as estratégias de resgate. No discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, o presidente Abdo Benítez disse que o EPP tem usado crianças e adolescentes como escudos humanos e que os organismos internacionais podem verificar as ações das forças militares paraguaias e ajudar no combate contra a guerrilha.

Fontes: [Clarín](#), 04/09/2020; [Última Hora](#), 10/09/2020; [BBC](#), 17/09/2020; [La Nación](#), 23/09/2020.

## **Desproporcionalidade jurídica na Bolívia e massacres na Colômbia criam cenários de insegurança e violações de direitos**

O governo interino da Bolívia encaminhou à Corte Penal Internacional caso acerca de protestos e barricadas mobilizados pela oposição em agosto, enquadrando as manifestações como crime contra a humanidade. A organização Human Rights Watch (HRW) apontou um abuso do sistema de justiça boliviano no que diz respeito à perseguição de opositores do governo, sendo o ex-presidente Evo Morales, exilado na Argentina, acusado de terrorismo pelo governo interino. No dia 11 de setembro, a organização lançou o relatório “Justiça como Arma: Perseguição Política na Bolívia”, apontando para casos que demonstram desproporcionalidade em acusações contra opositores do governo boliviano. Há diversos casos de apoiadores de Morales presos por publicar críticas ao governo interino ou por se comunicarem via telefone com o ex-presidente. Morales é acusado por supostamente coordenar ações de bloqueios de vias de acesso em cidades, forma de protesto comum no país. A análise da HRW sobre as provas do processo concluiu que estas não o sustentam. Na América Latina, a Colômbia enfrenta também um cenário difícil, caracterizado

por massacres em meio a ação paramilitar e falta de implementação governamental do Acordo de Paz. Só no mês de setembro foram 12 assassinatos. Relatório do Indepaz publicado no dia 22 de setembro relata 262 assassinatos em 61 massacres no ano de 2020, todavia no dia 27, novo massacre em Chocó deixou mais três mortos. Líderes comunitários, políticos e ativistas são as principais vítimas, no entanto, estudantes universitários e adolescentes também foram vitimados. Protestos e manifestações que aconteceram como reação ao quadro de violência foram fortemente reprimidos. O governo adotou a narrativa de “homicídios coletivos” em lugar do termo “massacres” para desassociar a onda de violência de uma ideia de fracasso do Acordo de Paz e tratar da questão no âmbito da segurança pública.

Fontes: [Terra](#), 09/09/2020; [Humans Rights Watch](#), 11/09/2020; [Ópera](#), 14/09/2020; [Indepaz](#), 22/09/2020; [Telesur](#), 27/09/2020.

## Áñez desiste de candidatura à presidência da Bolívia em meio à crise do governo interino

Após o Tribunal Superior Eleitoral boliviano ter definido como data para o pleito presidencial o próximo dia 18 de outubro, o cenário político do país ficou marcado por tensões em torno do processo eleitoral e instabilidades em relação ao governo interino da presidenta Jeanine Áñez. O ex-presidente, Evo Morales – do partido Movimiento al Socialismo (MAS) – foi proibido de concorrer ao cargo de Senador sob a justificativa de não residir em território boliviano, Morales está exilado na Argentina. No mesmo sentido, foram expedidas medidas judiciais contrárias às candidaturas do MAS ao Legislativo. No dia 17 de setembro, um dia após a divulgação de pesquisa eleitoral realizada pela agência Tu Voto Cuenta revelar que Luis Arce, candidato à presidência pelo MAS, venceria as eleições já no primeiro turno, Jeanine Áñez retirou sua candidatura. Segundo a presidenta interina, sua saída da corrida eleitoral se deu “por um bem maior” e em prol da unidade contra a candidatura de Arce. Além deste ocorrido, Áñez tem lidado com momentos de instabilidade em seu governo. Óscar Ortiz, Ministro da Economia, e outros dois Subsecretários da pasta deixaram seus cargos

após desentendimentos com a presidenta. No dia 28, Arturo Murillo, também Ministro, embarcou em viagem aos EUA para reuniões com a Organização dos Estados Americanos (OEA), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e com o Departamento de Estado. No entanto, a saída de Murillo do país foi questionada pela oposição sob a alegação de que não havia sido anunciada. Na reunião com a OEA, Arturo Murillo expressou a Luiz Almagro, Secretário Geral da organização, sua preocupação sob a possibilidade do que chamou de “nova fraude eleitoral” na Bolívia. Por conseguinte, Evo Morales indagou, por meio de postagem nas redes sociais, se a viagem do Ministro não seria em si o planejamento de uma fraude nas eleições ou tinha como objetivo organizar a fuga de Arturo Murillo após o pleito de outubro. A agenda levantou suspeitas em função do papel determinante que a OEA teve nas eleições de outubro de 2019 e na deposição de Evo Morales no mês seguinte.

Fontes: [Reuters](#), 28/09/2020; [La Razón](#), 29/09/2020; [Correo del Sur](#), 29/09/2020; [La Razón](#), 30/09/2020.

## Frente Ampla mantém domínio nas eleições departamentais uruguaias

No mês de setembro ocorreram as eleições departamentais no Uruguai. A Frente Ampla, coalizão de esquerda, saiu vencedora no maior departamento do país, Montevideu. Como as regras eleitorais permitem que um partido tenha mais de um candidato, a Frente Ampla contou com três postulantes: Carolina Cosse e Daniel Martínez – respectivamente pré-candidata e candidato à presidência nas eleições de 2019 – e Álvaro Villar. A coalizão governista, encabeçada pelo Partido Nacional, do presidente Luis Lacalle Pou, escolheu Laura Raffo como candidata. Os três candidatos da Frente Ampla somaram 51% dos votos, e Raffo teve 40%. Dentre os representantes da Frente Ampla, Cosse foi a mais votada, com aproximadamente 20% dos votos. Como os candidatos da Frente Ampla somaram mais votos do que Raffo, e Cosse recebeu a maior parte dos votos da coalizão de esquerda, ela foi eleita. Com a vitória de Cosse, a Frente Ampla amplia seu domínio em Montevideu, já que tem vencido as eleições nesse departamento de maneira consecutiva desde 1990. No entanto, o Partido Nacional saiu vitorioso na maioria dos de-

partamentos. De um total de 19 departamentos, venceu em 15, o Partido Colorado em um, e a Frente Ampla em três. Nas eleições passadas, a coalizão de esquerda havia vencido em seis departamentos. Além disso, a eleição deste ano contou com uma polêmica, a imprensa noticiou que opositores a Lacalle Pou o acusaram de querer interferir nas eleições, tendo supostamente realizado campanha para um candidato de seu partido. O presidente negou as acusações. Apesar dessas críticas ao presidente, o Uruguai foi elogiado por suas ações de combate à pandemia da Covid-19. O chefe da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Ghebreyesus, afirmou que o êxito do país se deve sobretudo ao seu sistema de saúde, um mais robustos da América Latina e que conta com investimentos públicos baseados no consenso político.

Fontes: [El País](#), 07/09/2020; [El País](#), 08/09/2020; [El Observador](#), 27/09/2020; [Poder 360](#), 28/09/2020.

## Rafael Correa é condenado à prisão e perde direitos políticos no Equador

Em 8 de setembro, a Corte Nacional de Justiça do Equador condenou à prisão, em última instância, o ex-presidente Rafael Correa, o ex-vice-presidente Jorge Glas e outras 17 pessoas, entre políticos e empresários. A sentença apontou a formação de um esquema de propinas que somaram US\$ 7,5 milhões, entre 2012 e 2016, para o favorecimento de companhias privadas na contratação para obras públicas, pelo governo central, e posterior repasse dos valores recebidos ao partido Alianza País. Entre as empresas envolvidas, está a brasileira Odebrecht. Correa foi condenado a oito anos de prisão e perda de direitos políticos pelo mesmo período, sem os quais não poderá concorrer a nenhum cargo público, nem participar de atividades partidárias. Também perderá o direito à pensão vitalícia de ex-presidente, com valor anual de US\$ 50 mil. Tanto Correa quanto Glas foram acusados de serem “autores por instigação” do crime, em vez de coautores, isto é, teriam instigado subordinados a receberem propina devido à alta posição que ocupavam na hierarquia do Estado. Correa, que atualmente mora na Bélgica, classificou o processo como um caso de judicialização da política permeado de irregularidades e anunciou que recorrerá à Corte Interamericana de Direitos Humanos, porém calcula que o caso demorará 8 anos para ser julgado.

Em 23 de setembro, a Corte Nacional de Justiça emitiu ordem para que a Polícia Nacional localize e capture imediatamente os condenados. No caso de Correa, um processo de extradição precisa partir de um pedido envolvendo os Ministérios de Relações Exteriores e de Governo ao governo belga, o que não foi feito até o momento.

Fontes: [El Universo](#), 08/09/2020; [El Mercurio](#), 12/09/2020; [El Universo](#), 13/09/2020; [El Mercurio](#), 23/09/2020.

## Impedimento de Martín Vizcarra é rejeitado pelo Congresso do Peru

O presidente do Peru, Martín Vizcarra, enfrentou no mês de setembro mais um embate com o Congresso peruano, desta vez uma moção contra irregularidades em contratos no valor de cerca de 50 mil dólares, que teriam sido assinados pelo Ministério da Cultura com o artista Richard Cisneros, também conhecido como Richard Swing. No dia 10 de setembro, foram veiculados três áudios gravados pela secretária particular do presidente, divulgados pelo parlamentar Edgard Alarcón e pelo presidente do Congresso, Manuel Merino. Na gravação, o presidente, seu assistente e a secretária combinavam o depoimento que deveria ser apresentado à Procuradoria e à Comissão Parlamentar de Fiscalização. São necessários 52 votos dos legisladores para dar início ao processo de impedimento e foram contabilizados 65 votos favoráveis, 36 contrários e 24 abstenções. O presidente do Congresso encaminhou mensagem ao Estado Maior das Forças Armadas informando da possibilidade de ser declarada a vacância da presidência por impedimento, algo que, constitucionalmente depende do voto de 87 parlamentares para ser aprovado. No dia 18, perante o Congresso peruano, o presidente apresentou sua defesa. Os deputados votaram pelo não prosseguimento do processo de impeachment instaurado contra o presidente Martín Vizcarra, com apenas 32 votos favoráveis ao impedimento presidencial, 78 votos contrários e 15 abstenções. No dia 30 de setembro, repercutiu na mídia a data de um ano em que Vizcarra determinou a dissolução do Congresso por conta de problemas na constituição do gabinete ministerial e da ausência do voto de confiança necessário para legitimar o líder do gabinete ministerial.

Fontes: [El País](#), 11/09/2020; [El País](#), 14/09/2020; [El País](#), 18/09/2020, [Infobae](#), 18/09/2020; [Gestión](#), 18/09/2020; [Gestión](#), 19/09/2020; [La República](#), 30/09/2020.

## Decisão do governo de Sebastián Piñera de não aderir ao Acordo de Escazú é alvo de novas críticas

No dia 8 de setembro, o chanceler chileno, Andrés Allamand, apresentou à Comissão de Relações Exteriores do Senado os argumentos que levaram o governo à decisão de não assinar o Acordo de Escazú sobre acesso à informação, participação pública, direitos humanos e questões ambientais. Em um documento elaborado pelos ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente, o governo elencou quatro argumentos principais que motivaram a sua decisão: que o acordo possui princípios indefinidos que condicionariam a legislatura ambiental chilena; que sua assinatura implicaria mudanças na legislação gerando incerteza jurídica; que o acordo impõe obrigações ambíguas, amplas e indefinidas; e por fim, que ele pode expor o país a controvérsias internacionais. Em entrevista ao periódico *El Desconcierto*, Paulina Astroza e Valentina Durán, professoras de direito internacional da Universidade de Concepción, refutaram os argumentos defendidos pelo chanceler e pela ministra do Meio Ambiente e, de maneira geral, afirmam que as normas do Acordo de Escazú são equivalentes às de outros tratados internacionais ratificados pelo Chile. Outros atores também se manifestaram contra a posição do governo. Vários parlamentares da oposição também demandaram a assinatura do acordo, através da hashtag #EscazuAhora na plataforma Twitter. O Fórum Permanente de Política Externa, em comunicado na sua página oficial, apresentou argumentos favoráveis à assinatura do tratado, destacando o contexto da pandemia. Organizações ambientais também expuseram suas críticas, as mais duras vindas do diretor do Greenpeace, que afirmou que o presidente engana a população ao fazê-la pensar que os temas ambientais são centrais na agenda governamental. Em uma postura que afeta negativamente a aspiração de liderança na temática ambiental desenvolvida nos últimos anos, com esta decisão o Chile se junta ao grupo de 12 países que optaram pela não assinatura de Escazú. Com a recente assinatura do acordo pela Argentina, falta apenas mais um país a fazê-lo para que ele entre em vigor.

Fontes: [La Tercera](#), 08/09/2020; [Foro Permanente de Política Exterior](#), 09/09/2020; [DW](#), 21/09/2020; [El Mostrador](#), 22/09/2020; [El Mostrador](#), 22/09/2020; [El Desconcierto](#), 29/09/2020.

## Controvérsias na gestão mexicana sobre a agenda de gênero

No dia 25 de setembro, durante reunião virtual de ministros da Aliança para o Multilateralismo organizada pelas Nações Unidas, o Secretário de Relações Exteriores mexicano, Marcelo Ebrard, exortou a posição do México em torno da formulação de uma Política Externa Feminista. Na ocasião, Ebrard afirmou que a principal desigualdade das sociedades é a de gênero e que por isso os países membros da Aliança deveriam se unir em torno da criação do Grupo de Amigos para a Igualdade de Gênero, que atue como uma rede informal para apoiar iniciativas internacionais relacionadas ao avanço da agenda. Contudo, no âmbito doméstico o governo tem sido acusado de negligenciar investigações de violências contra meninas e mulheres. No dia 4 de setembro, coletivos feministas e familiares de meninas abusadas sexualmente ocuparam a sede da Comissão Nacional de Direitos Humanos, na Cidade do México. Dentre as demandas dos manifestantes está a renúncia da titular da Comissão, Rosario Piedra. Coletivos se organizaram e ocuparam também instalações em outros estados do país. Nos dias 10 e 11 de setembro foram veiculados vídeos nas redes sociais mostrando o enfrentamento entre os manifestantes e forças policiais. No dia 28 de setembro, a Chefe de Governo da Cidade do México, Claudia Sheinbaum, acusou Raúl Beyruti Sánchez, presidente do GIN Group, e Beatriz Gasca Acevedo, vice-presidente da mesma organização, de financiar a ocupação da sede da Comissão Nacional de Direitos Humanos. No dia seguinte, em 29 de setembro, o presidente López Obrador, classificou a acusação como um exemplo de infiltração no movimento, que nas palavras dele “são pessoas interessadas em nos prejudicar [...] porque estão contra as mudanças e querem manter os privilégios.” Contudo, quando questionado se possuía provas sobre a infiltração, AMLO respondeu que não, e que essa vitimização gera uma ideia de que o governo é autoritário e opressor, quando na verdade é, segundo ele, humanista.

Fontes: [El Economista](#), 07/09/2020; [El Economista](#), 11/09/2020; [Milenio](#), 25/09/2020; [El Universal](#), 28/09/2020; [El Universal](#), 29/09/2020.

## México participa ativamente de programas de desenvolvimento da vacina contra a Covid-19

Em 22 de setembro, o Secretário de Relações Exteriores do México, Marcelo Ebrard, afirmou que o país participa de, pelo menos, sete ensaios clínicos, reforçando o compromisso do governo mexicano com investimentos em projetos nacionais e internacionais que busquem desenvolver uma vacina para a Covid-19. Além da cooperação internacional com vários países (Alemanha, China, França e Itália), o México apoia 19 projetos nacionais - dos quais sete receberão financiamento por meio da Agência Mexicana de Cooperação para o Desenvolvimento (AMEXID), como por exemplo a Universidad Autónoma de México (UNAM), Universidad Autónoma de Querétaro (UAQ), Centro de Investigación en Computación del Instituto Politécnico Nacional (Cinvestav- IPN). No dia 29 de setembro, Ebrard confirmou também que o México está participando do mecanismo Covax, que é um programa de desenvolvimento de vacinas elaborado no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir do qual o país latino-americano afirma que tem o compromisso de vacinar 20% da população, o que demandaria 51,6 milhões doses de vacina. López Obrador, presidente mexicano, enalteceu a iniciativa do país em defender a distribuição mundial de vacinas junto à ONU, condenando uma eventual acumulação de medicamentos por poucos países. Também no dia 29, o Subsecretário de Relações Exteriores, Julián Ventura, afirmou que Obrador defenderá a vacinação universal contra a Covid-19 durante a Cúpula do G-20, que será realizada virtualmente nos dias 21 e 22 de novembro.

Fontes: [El Ceo](#), 22/09/2020; [Infobae](#), 29/09/2020; [Excelsior](#), 29/09/2020; [El Economista](#), 29/09/2020.

## México seguirá na presidência da Celac em 2021

No mês de setembro, ocorreu a XX Reunião de Chanceleres da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), presidida pelo Secretário de Relações Exteriores do México, Marcelo Ebrard. Após iniciativa do Paraguai, com o apoio da Argentina, Equador, República Dominicana

e Uruguai, foi decidido por unanimidade que o México manterá a presidência pro tempore da entidade no ano de 2021. Em nota divulgada pela Secretaria de Relações Exteriores, a chancelaria mexicana afirmou que a decisão de reeleger o país ocorreu devido ao reconhecimento dos demais membros da Celac de que a presidência do México realizou avanços significativos, sobretudo promovendo ferramentas mais eficazes para que os países possam enfrentar a pandemia de Covid-19 de maneira integrada. A nota ainda exaltou que a manutenção do México na liderança da instituição permitirá dar continuidade a projetos que constam no atual plano de trabalho e elaborar um novo plano para o próximo período da presidência.

Fontes: [El Universal](#), 24/09/2020; [Secretaria de Relaciones Exteriores de México](#), 24/09/2020; [Milenio](#), 24/09/2020.

## Saída de Paulo Abrão da CIDH é oficializada e funcionários da OEA repudiam post do novo secretário de segurança

Após tentativas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) de reconduzir Paulo Abrão para o cargo de Secretário Executivo, no dia 17 a Comissão anunciou que iniciaria um novo processo de seleção do novo secretário-executivo no dia 25. Aduz a CIDH que, em razão da ausência de diálogo institucional com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o impasse gerado, não restou outra alternativa, já que a postura do representante da organização permaneceu irredutível, mesmo após a proposta de que haveria a abertura imediata de uma investigação sobre as denúncias em desfavor de Abrão na Corregedoria. Cabe ressaltar que, apesar da falta de pronunciamento sobre a questão por parte do Itamaraty, mais de 130 entidades e 70 parlamentares brasileiros se mobilizaram e assinaram notas de apoio à recondução de Paulo Abrão. Nota-se, ainda, que a não renovação do mandato ocorreu às vésperas da divulgação de um relatório sobre violência policial e atuação de milícias no Brasil. A flexibilização da autonomia da CIDH é novamente questionada, especialmente em razão das grandes violações de direitos humanos que estão ocorrendo no país, além do rompimento de uma tradição de mais de 20 anos onde a própria comissão decidia a respeito do seu secre-

tariado executivo. Ainda sobre o Brasil na OEA, no dia 24, Arthur Weintraub, ex assessor do presidente Jair Bolsonaro, irmão do ex ministro da educação Abraham Weintraub e recém nomeado secretário de Segurança Multidimensional do órgão, fez um post no Twitter considerado de cunho racista, homofóbico e vulgar por funcionários da Organização, além de desconectado com os objetivos da Secretária-geral da OEA. O descontentamento também foi comunicado para o secretário-geral Luis Almagro, que vetou a renovação do mandato de Abrão na CIDH e é considerado próximo do atual presidente brasileiro.

Fontes: [El País](#), 04/09/2020; [DW](#), 17/09/2020; [Conjur](#), 23/09/2020; [Folha de S. Paulo](#), 24/09/2020; [Diálogos do Sul](#), 28/09/2020.

## **Nações Unidas celebram o dia da Cooperação Sul-Sul em meio a denúncias de corrupção**

No ano em que as Nações Unidas celebram 75 anos, o Escritório da ONU para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC, sigla em inglês) organizou o tradicional evento para celebrar o dia da Cooperação Sul-Sul (CSS), em 12 de setembro, este ano realizado virtualmente. Em meio à pandemia, o tema com maior destaque foi o papel da CSS na luta contra a Covid-19. Durante o evento, o secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que “a pandemia arrasa vidas e meios de subsistência em todo o mundo e representa um dos maiores riscos para os países em desenvolvimento, pessoas e comunidades fragilizadas”. Ele disse que países do sul estão demonstrando o espírito da CSS por meio de parcerias em diversas áreas como ciência, tecnologia, inovação, fornecimento de suprimentos médicos, recursos financeiros e envio de profissionais de saúde e de especialistas para aumentar capacidades e compartilhar as melhores práticas. Guterres destacou o papel fundamental que a CSS pode desempenhar para a recuperação dos países no pós-pandemia, de modo complementar às iniciativas tradicionais da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. Além da celebração, o escritório realizou uma série de seminários virtuais e lançou o terceiro volume da publicação “Boas Práticas de Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Sustentável”. Em outra ocasião, durante a Feira Internacional de Co-

mércio de Serviços da China 2020, ocorrida no início de setembro em Pequim, o diretor do UNOSSC, o argentino Jorge Chediek, destacou o papel da China na CSS afirmando que, a Belt and Road Initiative é pensado de modo a conferir muita flexibilidade para que seus participantes decidam se e como desejam se engajar em parcerias de CSS. A China tem se destacado no oferecimento de ajuda internacional durante a pandemia de covid-19, movimento que ficou conhecido como “diplomacia de máscaras”. Em meio a tantas celebrações, o mês de setembro também foi marcado por denúncias de corrupção endereçadas a Chediek, acusado de realizar um número exagerado de viagens, de apropriação financeira, imposição religiosa e mau uso dos recursos do escritório. O caso resultou em seu afastamento no dia 16 de setembro.

Fontes: [UN News](#), 10/09/2020; [Associated Press of Pakistan](#), 11/09/2020; [CGTN](#), 12/09/2020; [Inner City Press](#), 14/09/2020.

## **China anuncia novas metas ambientais na Assembleia Geral da ONU**

No dia 22 de setembro, Xi Jinping, em seu pronunciamento junto à 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), tratou extensamente da pandemia de Covid-19, afirmando que seu país está ativamente envolvido na luta contra o vírus, contribuindo para defender a saúde pública global. Na lista de ações, o presidente chinês reiterou que vacinas desenvolvidas pela China tornar-se-ão um bem público global e que países em desenvolvimento terão acesso prioritário. Além da saúde, Xi abordou três outras áreas em seu discurso: globalização, reforma da governança global e mudanças climáticas, especialmente com ênfase na transição energética chinesa. O governante chinês assegurou que a China trabalhará para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa antes de 2030, e que o país alcançará a neutralidade de carbono antes de 2060. Trata-se de uma meta ambiciosa e positiva em relação às metas anteriores, que indicavam o pico de emissões em 2030 e não apontavam para uma transição de baixo carbono como previsto no Acordo de Paris. Em relação à parceria entre China e ONU, Xi também comunicou a transferência de cinquenta milhões de dólares para o Plano de Resposta Humanitária Global à Covid-19 das Nações Unidas e outros

cinquenta milhões para o Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul China-FAO. Além disso, o presidente chinês também anunciou o estabelecimento do Centro Global de Inovação e Conhecimento Geoespacial da ONU e do Centro Internacional de Pesquisa de Big Data para Metas de Desenvolvimento Sustentável.

Fontes: [BBC](#), 22/09/2020; [South China Morning Post](#), 22/09/2020; [The Diplomat](#), 23/09/2020; [Xinhua](#), 23/09/2020; [O Globo](#), 24/09/2020.

## Tensões e cooperação na Cúpula UE-China

No dia 14 de setembro, a Cúpula União Europeia-China, foi realizada virtualmente e contou com a participação do líder chinês, Xi Jinping, da chanceler federal alemã, Angela Merkel, de Charles Michel, presidente do Conselho Europeu e de Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia. De acordo com o porta-voz chinês, Zhao Lijian, a reunião tinha como objetivo estreitar as relações entre a China e a União Europeia, fortalecendo a cooperação internacional, o multilateralismo, o livre comércio, a estabilidade e a paz mundial. Foi anunciado o acordo China-UE sobre indicações geográficas (IG), que expande a quantidade de produtos alimentícios protegidos na relação bilateral, como uísque irlandês, queijo feta e pasta de feijão chinesa pixian. Além disso, foram assumidos compromissos em relação a investimentos, meio ambiente e parcerias digitais. Contudo, a reunião também foi alvo de críticas nos veículos de comunicação europeus, uma vez que questões sobre direitos humanos e comércio evidenciaram certa deterioração da reputação de Pequim com os países europeus. Um dos líderes presentes na reunião, Charles Michel, afirmou que China e UE permanecem em descompasso sobre o acesso ao mercado chinês no âmbito de um acordo de investimentos. Além disso, Michel reforçou a promoção dos direitos humanos universais, destacando a situação da população minoritária uigur do Xinjiang e a garantia do estado democrático de direito em Hong Kong. Em resposta, Xi Jinping afirmou que a essência das questões envolvendo os territórios autônomos chineses busca salvaguardar a soberania, a segurança e a unidade nacional da China. Além disso, Xi acrescentou que não existe um caminho único para o desenvolvimento dos direitos humanos no mundo e que os países deveriam cuidar primeiro de suas próprias questões internas. Apesar do embate no campo humanitário e

econômico, a pauta do meio ambiente mostrou uma aproximação entre as duas partes. Na cúpula, a União Europeia reforçou o desejo de que a China acabasse com seu papel de maior poluidor mundial, para isso deveria antecipar o seu pico de emissões de gases de efeito estufa. Dessa maneira, Xi Jinping reforçou que os dois lados precisam participar de forma construtiva no processo multilateral de combate às mudanças climáticas e proteção da biodiversidade global. O posicionamento do líder chinês mostra que, apesar de desentendimentos em outras áreas, a pauta do meio ambiente pode ser a ponte para o reforço da cooperação entre China e União Europeia. Em meio a uma disputa sistêmica entre Estados Unidos e China, os líderes europeus aguardam as eleições presidenciais estadunidenses, para eventualmente redefinirem a posição do bloco nos próximos anos.

Fontes: [Reuters](#), 11/09/2020; [Deutsche Welle](#), 14/09/2020; [Xinhua](#), 15/09/2020; [BBC](#), 22/09/2020; [SCMP](#), 26/09/2020.

## Continua a disputa entre Índia e China na região do Himalaia

Em 2 de setembro, o Ministério de Eletrônica e Tecnologia da Informação da Índia proibiu 118 aplicativos chineses, ainda por conta da tensão na fronteira entre os dois países, que vem se intensificando desde junho deste ano. Ao se basear na denúncia de roubo de dados pela empresa de tecnologia chinesa Tencent, a Índia argumenta que tomou essa medida para preservar a soberania, integridade, segurança de Estado e ordem pública indianas. Enquanto isso, o Vale do Silício investe fortemente no mercado digital indiano. No dia 1º, Nova Délhi acusou tropas chinesas de tentarem ultrapassar a fronteira na região de Ladakh, ação negada por Beijing. Os ministros da Defesa dos dois países anunciaram no dia 5, após encontro em Moscou, que concordavam em trabalhar juntos na solução do conflito. Rajnath Singh, ministro da Defesa indiano, declarou em comunicado que tanto a China quanto a Índia entraram em acordo de que “nenhum dos lados deveria tomar qualquer ação que pudesse complicar a situação ou escalar as questões nas áreas de fronteiras”. Apenas dois dias depois desse comunicado, os militares indianos enviaram uma mensagem direta ao exército do país vizinho, relatando o sequestro de cinco civis indianos, acusando a China de estar por trás de tais atos no

estado fronteiriço de Arunachal Pradesh. No dia 21 de setembro, comandantes dos dois países reuniram-se novamente para tentar aliviar a disputa na região do Himalaia, mas a Índia acusou a China de violar acordos bilaterais anteriores sobre fronteiras e de aumentar o envio de tropas ao local não demarcado. Apesar dessas tensões, Índia e China concordaram em deixar de enviar tropas para a fronteira contestada e evitar qualquer decisão unilateral sobre a linha divisória entre os países. Não há, contudo, previsão para a retirada das tropas já instaladas mesmo após as negociações militares, políticas e diplomáticas que vêm acontecendo nos últimos dias.

Fontes: [G1](#), 01/09/2020; [Aljazeera](#), 02/09/2020; [G1](#), 05/09/2020; [BBC](#), 07/09/2020; [El País](#), 15/09/2020; [Aljazeera](#), 21/09/2020; [Aljazeera](#), 22/09/2020.

## Ministério da Defesa chinês protagoniza discussões de política externa

No início do mês de setembro, o ministro da Defesa chinês, Wei Fenghe, ganhou destaque ao se reunir com seu homólogo indiano em Moscou, para tratar dos conflitos na Linha de Controle Real, parte da fronteira sino-indiana no Himalaia, palco de animosidades entre ambos os países desde o mês de junho deste ano. Logo após, Wei Fenghe deu início a uma série de viagens no Sudeste Asiático, reunindo-se com seus pares em Brunei, Filipinas, Malásia e Indonésia para discutir questões envolvendo o Mar do Sul da China, uma das principais questões de disputa na região. O principal objetivo do ministro é reforçar a posição chinesa de negociar disputas territoriais e minimizar desconfianças entre os países, reafirmando que a China se compromete com a sua posição defensiva, e que não será a primeira nação “a disparar tiros” na eminência de um conflito armado. Em Kuala Lumpur, no dia 7 de setembro, Wei Fenghe se reuniu com o primeiro-ministro da Malásia, onde firmou um acordo de cooperação bilateral. No dia 8 de setembro, em Jacarta, o ministro reforçou a cooperação para o treinamento conjunto e cooperação tecnológica com o Exército da Indonésia. No dia 9, se encontrou com o sultão de Brunei, Haji Hassanal Bolkiah, onde um acordo de cooperação militar incluiu a visitação mútua de instalações militares entre as forças armadas dos dois países. Em Manila, no dia 11 de setembro,

o ministro chinês se comprometeu com um pacote de ajuda de 20 milhões de dólares para a aquisição de equipamentos não-ofensivos para as forças armadas das Filipinas, reabrindo a aproximação diplomática e negociação de um tratado de assistência recíproca que havia sido interrompida pela pandemia da Covid-19. A China também conduziu exercícios militares no Estreito de Taiwan no dia 18 de setembro, enquanto a província recebia a visita diplomática de representantes do governo estadunidense, o que foi entendido como ameaça a aproximação, gerando fortes críticas da parte do Secretário de Defesa dos EUA, Mark Esper. O porta-voz do Ministério da Defesa, o coronel Tan Kefei, anunciou no dia 25 de setembro que os exercícios militares foram concluídos de forma exitosa e respondeu as críticas estadunidenses reforçando que são os EUA que vem se afastando de espaços multilaterais de cooperação e segurança coletiva, e que o governo estadunidense deve cerca de 2 bilhões de dólares as Nações Unidas para a manutenção de missões de paz, além de vir, deliberadamente, erodindo acordos internacionais importantes para a boa convivência entre as nações

Fontes: [Xinhua](#), 07/09/2020; [South China Morning Post](#), 08/09/2020; [Xinhua](#), 09/09/2020; [Xinhua](#), 09/09/2020; [South China Morning Post](#), 11/09/2020; [DW](#), 18/09/2020; [Xinhua](#), 25/09/2020.

## África do Sul reduz casos de Covid-19, mas governo enfrenta escândalo de corrupção, crise econômica e xenofobia

Em setembro, a média de novos casos de Covid-19 na África do Sul diminuiu de 12 mil para 2 mil por dia. Em relatório, a OMS afirmou que o país articulou com sucesso mecanismos de coordenação da resposta à pandemia em todos os níveis, com o estabelecimento de intervenções de controle e a imposição de medidas sociais e de saúde pública, conseguindo limitar a propagação exponencial do vírus. Diante da melhora do quadro, o governo anunciou a abertura da entrada de visitantes ao país a partir de 1º de outubro. Por outro lado, o auditor-geral da República da África do Sul, Kimi Makwetu, declarou que existem fortes indícios de fraude e



desvio de recursos do pacote de US\$ 30 bilhões de dólares criado para combater a pandemia. Os desdobramentos da investigação colocam o governo sob forte pressão. Ademais, o anúncio da forte queda de 51% do PIB no segundo trimestre, a quarta contração seguida confirma a gravidade da crise econômica sul-africana. Para completar as péssimas notícias para o presidente Cyril Ramaphosa, em sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a ONG Human Rights Watch denunciou a inação do governo sul-africano em combater os frequentes episódios de ataques xenofóbicos contra estrangeiros no país.

Fontes: [Reuters](#), 02/09/2020; [Voa Português](#), 02/09/2020; [O Globo](#), 08/09/2020; [DW](#), 17/09/2020; [Notícias ao Minuto](#), 17/09/2020; [HRW](#), 17/09/2020

## Terrorismo em Moçambique eleva tensão na África Austral

No mês de setembro, as preocupações quanto à segurança regional na África austral atingiram seu ápice com a atuação do grupo terrorista Ansar al-Sunna (ASWJ) em Moçambique. O grupo possui aliança declarada com o ISIS desde o ano passado. Os insurgentes conseguiram capturar o porto de Mocímboa de Praia, na província de Cabo Delgado. O controle de um importante hub logístico em uma bacia carbonífera, que é estratégica em termos econômicos e para a geração de energia, criou grande preocupação na comunidade internacional. Mocímboa é porta de entrada para um projeto offshore de gás natural de US\$ 20 bilhões liderado pela multinacional francesa Total. O governo de Moçambique iniciou empreitada diplomática para combater o terrorismo e contratou inclusive empresas de segurança privada, como a sul-africana Dyck Advisor (DAG). O presidente moçambicano, Filipe Nyusi, defendeu a ação militar da Southern African Development Community (SADC) e recebeu imediato apoio de seu congêneres sul-africano, Cyril Ramaphosa. O governo moçambicano solicitou ajuda também à UE e o tema pode vir a ser tratado inclusive no Conselho de Segurança da ONU. A União Africana, principal organismo internacional do continente, ainda não se manifestou sobre o tema.

Fontes: [Notícias MMO](#), 01/09/2020; [News 24](#), 03/09/2020; [African Law](#), 09/09/2020; [Foreign Policy](#), 11/09/2020; [DW](#), 25/09/2020; [RFL](#), 25/09/2020.

## Deslocados internos sofrem com conflito armado, inundações, surto de pólio e pandemia em Moçambique e no Sudão do Sul

Em 15 de setembro, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários afirmou que a província de Cabo Delgado, localizada ao nordeste de Moçambique, possui mais de 345 mil pessoas deslocadas por conta dos ataques que vêm ocorrendo na região, ocasionando 1,4 mil mortes nos últimos dois anos e meio. Pequenos agricultores e artesões abandonaram suas casas, aldeias e plantações, ficando dependentes de ajuda humanitária para sobreviverem. O Programa Alimentar Mundial destacou que necessita de 4,7 milhões de dólares por mês para garantir ajuda aos deslocados internos. Segundo o ACNUR, a região enfrenta desde outubro de 2017 ataques de grupos armados que se espalharam para os nove dos 16 distritos, tendo como alvo aleatório aldeias locais, contudo, não há informações sobre os responsáveis e nem uma resposta do governo. Em setembro a Anistia Internacional denunciou suspeitas de violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança moçambicanas. O governo alega que há o interesse de grupos terroristas em desacreditar as forças de segurança ao atacarem vestidos de militares. Paulo Frederico, membro da RENAMO, o maior partido da oposição, entende que a guerra é causada pela exclusão social e pela falta de partilha de recursos, pois a maioria das pessoas foi afastada das suas terras pelas companhias mineradoras. O cientista político, Francisco Cuco, lamenta que não existam informações oficiais sobre o conflito, fazendo com que ganhe força a narrativa de motivo religioso, desconsiderando a disputa por recursos naturais da região. Enquanto isso, no Sudão do Sul o ACNUR alertou que as chuvas torrenciais e inundações, que caem desde julho, afetaram cerca de 125 mil refugiados e deslocados tanto em campos de refugiados, como em zonas urbanas, muitos dos quais perderam tudo. Sendo que, 600 mil pessoas estão desabrigadas em consequência da alta sem precedentes do rio Nilo. As medidas de segurança contra o COVID-19 que já eram difíceis em meio aos campos, se tornaram mais complicadas pela falta de água limpa. A Organização Mundial da Saúde (OMS) também confirmou que há um novo surto de pólio na região, uma semana após ter afirmado que o continente africano estava livre do vírus.

Fontes: [UNHCR](#), 01/09/2020; [Aljazeera](#), 09/09/2020; [MigraMundo](#); 12/09/2020; [O Globo](#), 14/09/2020; [DW](#), 16/09/2020; [Visão](#), 23/09/2020; [Sputnik](#), 24/09/2020; [Jornal de Angola](#), 28/09/2020.

## Suposto envenenamento de opositor levanta suspeitas contra governo russo

No mês de setembro, aprofundou-se a crise iniciada ao final de agosto, na Rússia, por conta do suposto envenenamento de Alexei Navalny – advogado ativista líder da oposição ao governo de Putin. Ao passar mal em um avião, enquanto sobrevoava a Sibéria, Navalny foi atendido por médicos com sintomas de um possível envenenamento. Os médicos russos, entretanto, descartaram de pronto este diagnóstico, apresentando as hipóteses alternativas de intoxicação alimentar ou insolação. Contudo, família e a equipe do advogado não se contentaram com a versão apresentada pelo atendimento emergencial e fizeram pressão para que Navalny fosse transferido para um hospital em Berlim. Após resistir, a equipe médica cedeu à pressão e liberou a transferência do ativista para a capital alemã. Os médicos alemães, por sua vez, atestaram haver “indícios inequívocos” de envenenamento por uma substância do tipo Novichok – grupo de neurotoxinas desenvolvido pela União Soviética, a mesma que supostamente teria sido utilizada contra o espião russo Serguei Skripal, envenenado na Inglaterra em 2018. O diagnóstico repercutiu de forma ampla, ensejando pedidos de explicações ao governo russo por parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da União Europeia, da Alemanha e do Reino Unido. No final de setembro ainda repercutiram notícias de que autoridades russas teriam bloqueado contas bancárias e uma parte da residência do opositor em Moscou, enquanto ele ainda se encontrava em coma induzido no hospital em Berlim. As autoridades russas negam a hipótese de envenenamento e, por conseguinte, qualquer tipo de envolvimento do governo russo, afirmando se tratar de um conluio político orquestrado pelo opositor.

Fontes: [Tass](#), 21/08/2020; [BBC](#), 07/09/2020; [Reuters](#), 22/09/2020; [Russia Today](#), 30/09/2020; [DW](#), 03/10/2020.

## Violações dos direitos das pessoas LGBTI+ desencadeiam diversos protestos na Polônia e nas Filipinas

Desde outubro de 2018, uma campanha de ódio e perseguição à população LGBTI+ polonesa se instaurou no país. Em 2020, ano de eleição, diversas declarações do atual presidente Andrzej Duda, que foram interpretadas como lgbtfóbicas, chamaram

a atenção de parlamentares europeus. Mais de 100 governantes locais da Polônia adotaram resoluções como as chamadas “zonas livres de LGBTI+”, além de uma campanha onde caminhões circulam por vias públicas com caixas de som e banners associando a homossexualidade à pedofilia. Foi por conta de ataques de aliados e de ativistas LGBTI+ a esses caminhões que muitos foram agredidos pela polícia polonesa e presos. Outro ato de resistência – o de decorar monumentos com a bandeira símbolo do movimento LGBTI+ - também acarretou mais prisões de ativistas. Björn van Roozendaal, Diretor de Programas da International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association Europe (ILGA EUROPE) denuncia a perseguição e a violação do direito de existir por parte das autoridades polonesas em relação à população LGBTI+ do país. Aponta que, sem a proteção do Estado e da justiça, a comunidade está sob constante repressão. Tais prisões reverberaram dentro e fora da Polônia. Na Polônia, ativistas LGBTI+, aliados e críticos ao atual governo começaram uma série de protestos – que estão sendo chamados de “Stonewall Polônês”, em referência aos protestos de Stonewall, bar LGBTI+ em Nova Iorque que fora invadido por policiais em 1969. Fora do país, membros do Parlamento Europeu se reuniram e prestaram solidariedade aos detidos. A presidenta da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, se manifestou contra as atitudes do governo polonês e disse que “as zonas livres de LGBTI+ são, na verdade, zonas livres de humanidade e não podem ter espaço dentro da União Europeia”. As violações aos direitos da população LGBTI+ também são uma realidade na Ásia. Nas Filipinas, grupos LGBTI+ protestaram contra a decisão de perdão judicial dado ao oficial da marinha norte-americana Joseph Scott Pemberton, culpado do assassinato de Jennifer Laude, uma mulher trans, em 2014. O perdão fora concedido pelo Presidente Rodrigo Duterte no dia 7 de setembro, liberando, assim, as barreiras legais para sua soltura. “Passa a mensagem de que a vida das mulheres trans das Filipinas não importa para o governo”, afirmam os protestantes. Segundo eles, Duterte estaria se aproveitando da pandemia da Covid-19 para se promover e se curvar aos interesses de outros países, e que suas alegações de apoio à comunidade LGBTI+ não passam de marketing eleitoral. O Presidente, no entanto, se defendeu, dizendo que Pemberton tem direito à liberdade por ter se comportado bem no período em que esteve preso.

Fontes: [HRW](#), 07/08/2020; [Ilga Europe](#), 08/08/2020; [EqualEyesOrg](#), 14/08/2020; [The European Parliament's LGBTI Intergroup](#), 15/09/2020; [Pink News UK](#), 16/09/2020; [ElPaís](#), 17/09/2020; [O Globo](#), 22/09/2020.

## Clima continua tenso em Belarus e manifestantes são presas

Em 13 de setembro, uma das vozes do movimento contra o presidente Alexander Lukashenko em Belarus, Nina Baginskaya, foi detida. A ativista de 73 anos tornou-se um dos símbolos das manifestações após participar de comícios antigoverno e pelo bloqueio realizado a veículos blindados em plena rua. As fotos onde Nina aparece sendo segurada por policiais rodaram o mundo. No dia 18 de setembro, durante reunião do Conselho de Direitos Humanos, representante da ONU Mulheres mostrou preocupação com a escalada da violência cometida contra as mulheres em Belarus. Em 25 de setembro, comunicado emitido pela ONU solicitou a libertação de Maria Kalesnikava, líder da oposição e integrante do Conselho de Coordenação que media a crise no país. Na nota, especialistas de direitos humanos relataram o desaparecimento de Kalesnikava e condenaram as violações sistemáticas promovidas pelo governo bielorrusso que motivaram prisões, fugas e deportações de lideranças opositoras. Em 26 de setembro, em mais um protesto contra Lukashenko, cerca de 80 manifestantes foram detidas. As marchas, que ocorrem desde o início de agosto, são lideradas em sua maioria por mulheres. Em recente encontro na Lituânia, Sviatlana Tikhonovskaya, também líder da oposição, solicitou ao presidente Emmanuel Macron que a França se torne mediadora da crise em Belarus e busque apoio da União Europeia.

Fontes: [EuroNews](#), 13/09/2020; [EuroNews](#), 18/09/2020; [UNHR](#), 25/09/2020; [France 24](#), 26/09/2020; [DW](#), 26/09/2020; [DW](#), 28/09/2020.

## Dia Global de Ação pelo Acesso ao Aborto Legal e Seguro na América Latina

O dia 28 de setembro foi instituído, durante o Encontro Feminista Latino-Americano de 1990, na Argentina, como data para a resistência da luta feminista em torno da legalização e do acesso ao aborto seguro na região latino-americana. As ações anuais giram em torno de protestos, denúncias, ações nas ruas e nas redes sociais e entrevistas. Este ano, no Brasil, a Frente Nacional pela Legalização do Aborto lançou o Alerta Feminista 2020, documento que tem como objetivo chamar atenção para as medidas ultraconservadoras que têm sido tomadas em relação a gestão da agenda de saúde sexual e reprodutiva das meninas e mulheres. O texto pode ser assinado por organizações que trabalham em torno

do tema, e até 21 de setembro havia sido endossado por 120 entidades – nacionais e internacionais. Na Colômbia, em 16 de setembro, o Movimento Causa Justa – composto por 91 organizações e 134 pessoas – solicitou ao Tribunal Constitucional do país que seja declarado como inconstitucional o artigo 122 do Código Penal que classifica o aborto como crime. O movimento demanda, ainda, melhorias no acesso a saúde e desenvolvimento de políticas que respeitem os direitos humanos e ajudem a garantir o aborto seguro e a prevenção da gravidez indesejada. Na Argentina, o presidente Alberto Fernández postou em seu Twitter, no dia 28, que ratificava seu compromisso em garantir o acesso aos serviços de saúde e com a legalização do aborto. No México, no dia 26 de setembro, foi realizada uma grande manifestação na capital do país. O protesto reuniu centenas de mulheres e coletivos feministas que demandavam a legalização do aborto em todo país – que, atualmente, é garantido até 12ª semana de gestação na Cidade do México e em Oaxaca. Através das redes sociais, Felipe Calderón chamou as mulheres que participaram das manifestações de hipócritas por terem, segundo vídeo postado por ele, atacado fisicamente e com insultos as mulheres policiais que bloqueavam os protestos. No dia 29, a senadora mexicana Lilly Téllez compartilhou em sua conta no Twitter uma imagem falsa da realização de um aborto em um feto com nove meses. No dia anterior, Téllez já havia postado inúmeras mensagens contra a descriminalização do aborto no México. Representantes de coletivos feministas e outros internautas pediram que a senadora parasse de disseminar desinformação.

Fontes: [Folha de Pernambuco](#), 20/09/2020; [Brasil de Fato](#), 21/09/2020; [Diário de Notícias](#), 28/09/2020; [ASSUFRGS](#), 28/09/2020; [Brasil 247](#), 28/09/2020; [SDP Notícias](#), 29/09/2020; [SDP Notícias](#), 29/09/2020.

## Refugiados e Ongs são alvos de ataques e violência na Grécia e nos EUA

No dia 8 de setembro um incêndio se alastrou pelo campo de refugiados de Moria, na ilha grega de Lesbos, o maior campo de refugiados da Europa. A maior parte do campo foi destruída e quase 13000 pessoas ficaram desabrigadas. O incêndio começou após confrontos entre a polícia e migrantes sobre a quarentena imposta após surto de casos de Covid-19 no local. Os migrantes têm sido realocados para um novo campo, Kara Tepe, perto da cidade de Mytilene e das ruínas de Moria. Contudo, os problemas estruturais são semelhantes, se não piores, que os que

já existiam em Moria, com escassez de água, comida e sanitários. Muitos migrantes estão receosos de ir para Kara Tepe, por medo de serem negligenciados como estavam sendo em Moria. Apesar do incêndio ainda estar sob investigação, sem evidências claras de como ele começou, isso não impediu o ministro de migração grego, Notis Mitarachi, de acusar os próprios refugiados de começarem os focos de incêndio no campo. A polícia grega também tem feito acusações contra ONGs, alegando que estão ajudando migrantes a atravessarem a fronteira da Turquia para a Grécia. A Europa não foi o único centro de violações de direitos humanos contra refugiados nesse mês. Nos EUA, no dia 14 de setembro, organizações de defesa dos direitos humanos apresentaram denúncias sobre histerectomias realizadas em mulheres migrantes no centro de detenção de Irwin County (ICE), na Geórgia. As cirurgias teriam sido realizadas sem informações, pedido ou consenso por parte das mulheres migrantes, mas o ICE nega as acusações. Esses ataques aos direitos humanos de pessoas migrantes são inadmissíveis em um cenário internacional de crescente vulnerabilidade dessas populações. No Rio de Janeiro, o programa de atendimento a refugiados da Cáritas recebeu, em sete meses, quase o dobro de pessoas do que em 2019, e a imigração venezuelana para o Brasil tem chamado atenção de diferentes atores internacionais como, por exemplo, a recente visita do secretário de estado dos EUA, Mike Pompeo à Operação Acolhida, em Roraima.

Fontes: [G1](#), 06/09/2020; [El País](#), 09/09/2020; [El Comercio](#), 14/09/2020; [Euractiv](#), 15/09/2020; [Aljazeera](#), 18/09/2020; [Aljazeera](#), 18/09/2020; [G1](#), 18/09/2020; [Portal Geledés](#), 19/09/2020, [Aljazeera](#), 28/09/2020.

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

[latsul.org](http://latsul.org)

